

BC tenta conter endividamento

O saldo da dívida líquida do setor público em novembro de 95 era de 31% do PIB

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O Banco Central (BC) vai submeter à próxima reunião do Conselho Monetário Nacional uma programação monetária para o primeiro trimestre de 1996, compatível com o esforço fiscal para manter estável o endividamento público.

"Nosso objetivo em 1996 é manter o endividamento estável em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), dentro da política de austeridade fiscal, que é fundamental para dar estabilidade de preços", disse o diretor de Política Econômica do BC, Francisco Lafaiete de Pádua Lopes.

Ele reconhece que houve uma piora no endividamento público no ano passado em relação a 1994, mas sustenta que, assim mesmo, a situação fiscal do setor público é muito melhor do que em 1991. O endividamento líquido do setor atingiu 40% do PIB em 1991. O saldo de endividamento acumulado até novembro de 1995 era de 31%, com um crescimento de 2,5%.

"Não há uma explosão no endividamento, como alguns economistas vêm falando. Há espaço para aumento da dívida pública, mas estamos pensando em manter o coeficiente estável. A idéia é fazer do coeficiente do PIB o grande indicador da política fiscal do governo", disse.

Francisco Lopes considera fundamental adotar, de fato, uma política em que o lema seja "só gastar o que é arrecadado" para que a chamada "âncora fiscal" possa dar estabilidade ao real.

O quadro do endividamento público mostrou uma profunda alteração na sua composição. O BC constatou

SETOR PÚBLICO										
(dívida líquida - saldos em R\$ milhões)										
Discriminação	1994*				1995*					
	Dezembro		Março		Junho		Setembro		Novembro	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
Dívida líquida total	153.163	28,5	161.954	27,9	174.521	28,1	188.944	29,7	199.769	31,0
Governo federal e Banco Central do Brasil	65.836	12,2	69.159	11,9	73.464	11,8	79.852	12,6	84.999	13,2
Governos estaduais e municipais	51.091	9,5	55.327	9,5	60.651	9,7	66.903	10,5	70.993	11,0
Empresas estatais	36.236	6,7	37.467	6,5	40.407	6,5	42.189	6,6	43.777	6,8
Dívida interna líquida	108.806	20,2	111.123	19,2	121.944	19,6	148.553	23,4	162.149	25,1
Governo federal e Banco Central do Brasil	33.395	6,2	30.690	5,3	33.742	5,4	53.000	8,3	61.072	9,5
Títulos públicos federais	60.255	11,2	63.071	10,9	67.631	10,9	96.420	15,2	107.036	16,6
Dívida bancária líquida 1/	-10.408	-1,9	-11.277	-1,9	-9.869	-1,6	-10.499	-1,7	-10.213	-1,6
Arrecadação a recolher	-1.131	-0,2	-1.341	-0,2	-1.619	-0,3	-1.774	-0,3	-2.080	-0,3
Disponibilidades da Previdência Social	-2.010	-0,4	-2.609	-0,5	-2.969	-0,5	-2.453	-0,4	-2.138	-0,3
Aviso MF-30	-11.668	-2,2	-11.088	-1,9	-11.058	-1,8	-10.773	-1,7	-10.929	-1,7
Moedas de privatização 2/	3.838	0,7	3.977	0,7	4.250	0,7	5.051	0,8	5.891	0,9
Recursos do FAT	-10.125	-1,9	-10.450	-1,8	-11.677	-1,9	-12.448	-2,0	-13.214	-2,0
Base monetária	17.685	3,3	15.582	2,7	13.943	2,2	13.454	2,1	15.559	2,4
Recolhimento especial remunerado	1.351	0,3	1.163	0,2	1.034	0,2	952	0,1	887	0,1
Outros depósitos no BCB	14.207	2,6	17.103	3,0	18.917	3,0	17.254	2,7	17.073	2,6
Créditos do BCB as inst. financeiras 3/	-20.561	-3,8	-23.289	-4,0	-22.682	-3,6	-26.433	-4,2	-31.737	-4,9
Créditos do BCB (lei nº 6.727/93)	-996	-0,2	-993	-0,2	-1.020	-0,2	-1.097	-0,2	-1.107	-0,2
Carteira de títulos de fundos 1/	-4.186	-0,8	-5.821	-1,0	-5.847	-0,9	-7.127	-1,1	-6.059	-0,9
Demais contas do BCB	-2.855	-0,5	-3.337	-0,6	-5.292	-0,9	-7.527	-1,2	-7.897	-1,2
Governos estaduais e municipais	49.285	9,2	53.388	9,2	58.583	9,4	64.729	10,2	68.784	10,7
Dívida mobiliária líquida 4/	24.203	4,5	25.831	4,5	29.783	4,8	33.340	5,2	35.714	5,5
Dívida bancária 1/ 5/	23.844	4,4	26.055	4,5	27.540	4,4	30.088	4,7	31.844	4,9
Arrecadação a recolher	-176	0,0	-293	-0,1	-154	0,0	-153	0,0	-170	0,0
Depósitos à vista 1/	-1.630	-0,3	-1.418	-0,2	-1.515	-0,2	-1.545	-0,2	-1.621	-0,3
Aviso MF-30	3.044	0,6	3.214	0,6	2.930	0,5	2.999	0,5	3.017	0,5
Empresas estatais	26.126	4,9	27.045	4,7	29.619	4,8	30.824	4,9	32.294	5,0
Dívida bancária 1/ 5/	18.133	3,4	20.149	3,5	22.357	3,6	24.568	3,9	26.406	4,1
Depósitos à vista	-378	-0,1	-242	0,0	-299	0,0	-433	-0,1	-319	0,0
Dívida com empreiteiros e fornecedores	342	0,1	310	0,1	278	0,0	168	0,0	175	0,0
Debêntures	1.712	0,3	1.332	0,2	1.325	0,2	1.615	0,3	1.619	0,3
Carteira de tit. púb. das emp. estatais	-2.308	-0,4	-2.379	-0,4	-2.171	-0,3	-2.868	-0,5	-3.498	-0,5
Aviso MF-30	8.624	1,6	7.874	1,4	8.128	1,3	7.774	1,2	7.912	1,2
Dívida externa líquida	44.357	8,3	50.830	8,8	52.577	8,5	40.391	6,4	37.620	5,8
Governo federal e BCB 6/	32.441	6,0	38.459	6,6	39.722	6,4	25.851	4,2	23.928	3,7
Governos estaduais e municipais	1.806	0,3	1.939	0,3	2.067	0,3	2.174	0,3	2.209	0,3
Empresas estatais	10.110	1,9	10.422	1,8	10.788	1,7	11.365	1,8	11.483	1,8
PIB 7/	537.555		679.624		622.124		635.288		645.419	

1/ Inclui entidades autônomas.

2/ Corresponde a CP, DVR e TDA.

3/ Inclui troca de dívidas estaduais.

4/ Dívida mobiliária emitida menos títulos em tesouraria.

5/ Inclui dívida renegociada (Lei nº 8727/93).

6/ Líquida de reservas internacionais.

7/ PIB dos últimos 12 meses a preços do mês assinalado. Deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

(*) Preliminar.

uma redução da dívida líquida externa do setor público em relação ao PIB, de 25% em 1991 para 5,8%. "Com a venda das empresas estatais houve uma transferência significativa de dívida externa ao setor privado", explicou Lopes. A dívida externa acabou caindo, ainda, como resultado da valorização do real diante do dólar.

A dívida interna, ao contrário, saltou de 14,5% do PIB em 1991 para 25,1% do PIB em novembro de 1995. "É um crescimento localizado nos estados e municí-

pios. O endividamento da União manteve-se praticamente estável nos últimos cinco anos", ressaltou Lopes. Os números do BC indicam que a dívida interna líquida dos estados e municípios era de 7,5% do PIB em 1991. O saldo hoje é de 10,7% do PIB.

Devido ao esforço fiscal iniciado, em grande parte, no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, e aprofundado no segundo ano da administração de Itamar Franco, a União conseguiu manter a sua dívi-

da entre 13% e 13,2% do PIB em novembro último. O endividamento líquido da União acabou sendo de apenas 1% do PIB entre dezembro de 1994 e novembro de 1995.

"Não dá para dizer que está havendo um processo de explosão da dívida e que a entrada de capital estrangeiro é uma armadilha para o real", afirmou o diretor do BC. Os estados e municípios, ao contrário, tiveram sua situação fiscal deteriorada nos últimos cinco anos, devido à ausência

de empenho na contenção de gastos e ao impacto do real sobre as finanças dos bancos estaduais.

A maioria dos estados como São Paulo (com o Banespa), o Rio de Janeiro (com o Banerj), Mato Grosso (com o Bemat), e Alagoas (com o Produban), entre outros, enfrentou dificuldades para manter suas instituições financeiras em funcionamento. Nesses casos, as dívidas com seus bancos agravaram-se, o que acentuou o desequilíbrio das suas contas.